PARADOXOS CARNAVALESCOS: A PRESENÇA FEMININA EM CARNAVAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1910)

Eric Brasil Nepomuceno
(Universidade Federal Fluminense)

Resumo: Esse artigo busca discutir a presença das mulheres nos carnavais do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República (1889-1910). Esse período, marcado por importantes transformações sociais, políticas e culturais, também é propício para entendermos as tensões que a presença feminina gerou, muitas vezes contrariando as expectativas da sociedade patriarcal carioca. Para tanto, analisaremos o caso do carnaval de 1891, ano dos debates e seguinte promulgação da primeira Constituição Republicana do Brasil. Em seguida, a presença feminina nos carros alegóricos de sociedades carnavalescas na primeira década do século XX será analisada, buscando contribuir com o alargamento do conhecimento histórico sobre o período e sobre a presença feminina nos espaços públicos da cidade.
Palavras-chave: Carnaval, mulheres, república.

Abstract: This paper will discuss the women's presence in Rio de Janeiro's carnival through the first decades of republican regime (1889-1910). This period offers a great possibility to understand the tensions and the struggles that the female presence generated, oftentimes contrary to the expectations of the patriarchal society. For this purpose, we shall analyze the case of 1891's carnival, the year of the promulgation of the first republican constitution of Brazil. Then, we'll investigate the female presence in the carnivalesque groups, seeking to contribute to the enlargement of the historical knowledge about the period and about the women's action in the public space of the city.
Key-words: Carnival, women, republic.

Introdução

Em março de 2011 conclui minha dissertação de mestrado. Nela analisei a participação da população negra e mestiça nos últimos dez carnavais que antecederam a abolição da escravidão, em 1888. Busquei compreender as relações desses foliões com os debates políticos da época, entender os embates com as autoridades, esmiuçar as representações que jornalistas, viajantes e memorialistas faziam das suas performances nos dias de carnaval. Mais do que isso pretendia me aproximar dos próprios sujeitos sociais e dos significados construídos por eles através de sua atuação festiva. Após a conclusão da pesquisa e da redação, acredito ter conseguido dar conta de meus objetivos e contribuir para aprofundar o conhecimento histórico acerca das visões de liberdade da população negra na crise do escravismo[1].

Apesar da minha constante preocupação com a questão racial e de sempre me empenhar em executar uma "história vista de baixo", aproximando-me da experiência das

"pessoas comuns", as questões envolvendo gênero não receberam o devido espaço naquela pesquisa.

Esse artigo busca, por conseguinte, discutir a presença das mulheres nos carnavais do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República. Esse período, marcado por importantes transformações sociais, políticas e culturais, também é propício para analisarmos as tensões que a presença feminina gerou, muitas vezes contrariando as expectativas da sociedade patriarcal carioca.

O carnaval de 1891: Voto, repúblicas e sexualidade.

Como tantos pesquisadores que me precederam, em minha pesquisa de mestrado diluí a presença feminina no corpo geral de fontes, considerando-as com parte da população negra e mestiça que eu analisava. Entretanto, elas sempre apareceram nas fontes, seja nos jornais, seja nos arquivos policiais. Apesar de ter digitalizado e armazenado, não dediquei atenção suficiente a tais registros.

Contudo, após o contato com pesquisas sobre as questões de gênero, percebo a necessidade de dedicar à presença feminina, seus diálogos e conflitos, um esforço analítico. Na esteira das renovações historiográficas, os estudos sobre feminismo e sobre as questões de gênero vêm conquistando seu espaço no campo historiográfico, com destaque para estudos franceses e estadunidenses. A produção brasileira não é menos pujante, e cada vez mais as questões de gênero vêm recebendo a devida atenção entre a historiografia nacional.

Buscando contribuir com o alargamento do conhecimento histórico sobre a Primeira República e a presença feminina na sua festa mais popular, iremos analisar o caso do carnaval de 1891, ano dos debates e seguinte aprovação da primeira Constituição Republicana do Brasil.

Segundo Rachel Soihet, durante o século XIX, reivindicações por expansão de autonomia e por direitos civis e políticos femininos galgaram mais e mais força, desde as manifestações de Nísia Floresta ainda na década de 1830. A formação de uma imprensa feminina, lutando pelo abolicionismo e pelo feminismo, é um ótimo exemplo desse momento.[2] Com a proclamação da República em novembro de 1889, os debates sobre o direito do voto e da elegibilidade das mulheres ganharam espaço e consequentemente despertaram reações.

ISBN 0102-9487

Josefina Álvares de Azevedo afirmava em abril de 1890: "não se poderá impunemente negar à mulher um dos mais sagrados direitos individuais" [3]. Afirma Soihet que as

> mulheres brasileiras, como aquelas da Europa e dos Estados Unidos, reclamavam direitos, reagindo contra a condição a que estavam submetidas. Algumas se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis na ânsia de subverter sua situação. Lançavam mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência.[4]

Portanto, quando os trabalhos na Assembleia Constituinte tiveram início, a questão do voto feminino já constituía bandeira de luta para diversas mulheres, insatisfeitas com a situação feminina e desejando transformações para o novo regime político que se iniciava.

A definição da Assembleia de quem seriam os cidadãos brasileiros aptos a votar ficou assim, conforme o artigo 70:

> São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.
> § 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para os estados:
> 1º) os mendigos;
> 2º) os analfabetos;
> 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
> 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importa a renuncia da liberdade individual.
> § 2º A eleição para cargos federais reger-se-á por lei do Congresso.
> § 3º são inelegíveis os cidadãos não alistáveis.[5]

Entretanto, antes desse artigo ser finalizado, segundo Karawejczyk, "ao se fazer a primeira avaliação dos anais identificou-se um total de seis emendas propostas em prol do sufrágio feminino além de 17 manifestações sobre o tema." [6] Os deputados Lopes Trovão (Distrito Federal), Leopoldo de Bulhões (Goiás) e Casemiro Júnior (Maranhão) desejavam acrescentar a frase "As mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, que não estiverem sob poder marital, nem paterno, bem como as que estiverem na posse de seus bens" ao artigo 70. [7] A emenda foi reprovada, assim como as cinco propostas seguintes.

O Deputado pela Bahia, Zama, propôs a sexta emenda, dessa vez ao artigo 69, desejando incluir como eleitoras

> as mulheres casadas, as viúvas, que dirigissem estabelecimentos comerciais, agrícolas ou industriais, as que exercessem o magistério, ou outros quaisquer

ISBN 0102-9487

> cargos públicos, e as que tivessem titulo literário ou cientifico por qualquer dos estabelecimentos de instrução publica da União ou dos estados. [8]

Apesar de não alcançarem seus objetivos, as emendas propostas pelos deputados em prol do voto feminino despertaram debates entre os congressistas. Os contrários ao voto feminino alegavam a "desagregação da família e da degradação da figura da mulher"; diziam que em "nenhum lugar do mundo civilizado se concedia este privilégio"; outros tergiversavam afirmando que "o direito de voto para as mulheres já estava implícito na legislação eleitoral em vigor no país"; ou então apelavam para a "oposição entre o gênero masculino e feminino, tanto no quesito capacidade intelectual quanto sentimental e físico", concluindo pela inferioridade feminina em ambos os casos.

Já os deputados favoráveis rebatiam tais argumentos afirmando que "se o sistema escolhido para gerir o Brasil foi o sistema republicano, este tem por definição conceder o sufrágio a todos os seus habitantes" e que "a presença feminina em ambientes públicos só traz ordem e paz, e não o contrário como sugeriram outros congressistas". [9]

Apesar das emendas não terem sido aprovadas, o texto final da constituição não excluía textualmente as mulheres do direito ao voto, mas também não garantia tal direito. Como afirmou Soihet;

> Pelo que é dado verificar, conclui-se que o espírito da Assembleia foi o de deixar uma abertura para o tema. Não ousou a referida Assembleia expressar claramente o direito eleitoral às mulheres, numa época de tantas restrições à sua participação; por outro lado, não permitiu também que esta concessão fosse assinalada "expressamente a cidadãos varões", como em alguns estados da União Norte-Americana. Infere-se, portanto, que optou por uma fórmula vaga, imprecisa, que impediria fosse contestada, radicalmente, a capacidade política das mulheres. Sabiam os legisladores que se fosse argumentada a fórmula masculina empregada no direito eleitoral, ter-se-ia, igualmente, que isentar as mulheres de obrigações civis ou de responsabilidade criminal, porque as leis penais sempre se referem aos delinquentes e criminosos e não às delinquentes e criminosas. [10]

Tais debates acerca do voto feminino ocorreram em meio aos dias de carnaval do ano de 1891, e não passaram despercebidos por diferentes foliões e jornalistas.

Na segunda-feira de carnaval, o jornalista da Gazeta de Notícias, ao relatar os máscaras mais destacados que passaram pela Rua do Ouvidor escreveu:

> Um espirituoso máscara, meio-homem, meio-mulher, de barbas e saias, andou distribuindo cartões com a seguinte quadra:
> Se em favor da mulher um voto peço,
> É que essa causa me entusiasma e inflama;

ISBN 0102-9487

> E direitinho vou ao tal Congresso
> Para abraçar o meu colega Zama.[11]

O folião, trajando saias e barbas, criou versinho satírico para o momento. O voto feminino inflamava o "meio-homem, meio-mulher", que desejava abraçar o "colega Zama". A ironia presente nos verso carnavalesco demonstra inicialmente o conflito entre o mundo da política e o mundo privado, um restrito ao homem o outro à mulher, respectivamente. A proposta de incluir a mulher no mundo da política através do voto só poderia demonstrar que o "colega Zama" se identificava com alguém que usava saias e barbas ao mesmo tempo.

Na terça-feira gorda, o grupo que chamou atenção do jornalista foi um com o título "Reinado das Mulheres" em seu estandarte:

> Dois estandartes mais eram empunhados por um homem e uma mulher, e diziam: - Saias acima! Calções Abaixo! Os homens trajavam saias, e traziam toucas; armados de mamadeiras, embalavam crianças. As mulheres trajavam calças e trazendo à cabeça chapéus cartolas, faziam discursos e discutiam política. [12]

A indefinição parecia ser a regra quando se tratava do voto feminino. Este grupo satirizava a possibilidade dos homens usarem saias e cuidarem das crianças, enquanto a cena inusitada de mulheres de cartola e calças debatendo política dava o tom cômico do grupo. Mais uma vez a presença feminina no mundo da política é motivo de risos e pilhéria, assim como só podia ser motivo de gargalhadas os homens que defendiam tal medida.

Um carro alegórico do préstito do Clube dos Democráticos também trouxe sua representação dos debates acerca do voto feminino: "Carro de crítica [dos Democráticos]. O voto feminino. Uma grande mulher metia uma criança em uma urna, saindo desta o Amor". [13]

A mulher enquanto mãe é uma imagem constante: os filhos, a família, a casa são seu espaço. Votar simbolizava a deturpação das funções femininas, naturalizadas nessa sociedade. Entretanto, como não temos mais informações sobre esse carro dos Democráticos, não temos como afirmar se é apenas uma crítica ou se é verossímil entendermos o nascimento do amor a partir do voto feminino como uma vantagem da participação feminina da vida pública. Um dos argumentos do Deputado Zama para o voto feminino consistia justamente na constatação que a presença feminina trazia ordem e paz ao meio público e não o contrário. [14]

Apesar de não termos elementos suficientes para confirmar a posição do Clube dos Democráticos, é importante notar que a sensação geral é da impossibilidade da mulher participar do mundo da política, ligado ao universo masculino. Tal ideia aparece como ridícula e inviável, ameaçando a ordem e a família.

Entretanto, o que é fundamental destacarmos é que o carnaval foi eleito por diversos grupos sociais como caminho de difusão de imagens, ideais e projetos. Igualmente, foi conquistado como espaço de participação popular e muitas vezes serviu como um *locus* para se testar os limites e fronteiras sociais, principalmente na virada do século XIX para o XX. Podemos afirmar que a festa carnavalesca carioca constituiu um vetor de transmissão de práticas culturais e políticas na medida em que propiciava a elaboração de elementos identitários, rituais, símbolos de poder e proporcionava a oportunidade para a performance pública de certos grupos que muitas vezes não encontravam espaços em outras esferas da vida carioca.

Logo, mesmo que o voto feminino não tenha sido consagrado textualmente na constituição de 1891, a presença desses debates nas ruas do Rio de Janeiro através do carnaval abriu a possibilidade da maior difusão do tema entre as mulheres. Apesar do controle masculino na produção das fontes e na condução do processo político, as mulheres puderem vislumbrar, através da performance carnavalesca, que sua presença no mundo público poderia ser expandida e oficializada – mesmo que ainda levasse muitos carnavais...

***

Ora, se as reivindicações do voto feminino apareciam no carnaval de forma depreciativa e satírica, havia outras formas de representar as mulheres na folia. A presença feminina aparece nos anos iniciais da República de duas formas principais: 1) como alegoria representando a República e/ou a Liberdade; 2) como objeto de desejo sexual, valorizando-se a beleza das "musas" da folia.

Segundo José Murilo de Carvalho, a alegoria feminina representando a Revolução, a Liberdade e a República tornou-se muito comum na França após 1789. Inspirada na alegoria romana, a mulher vestindo o barrete frígio simbolizava o radicalismo revolucionário.[15] Segundo o autor, no Brasil entre a proclamação da república e a virada do século, o modelo francês da alegoria cívica feminina representando a república foi bastante utilizado em jornais e revistas. Entretanto, os pintores, com exceção aos positivistas, "ignoram o simbolismo feminino." [16] Conclui que a tentativa de vender o novo regime através da imagem feminina foi um fracasso e que logo as caricaturas passaram a ridicularizar a República feminina, associando-a a prostituição.

A explicação do autor para que na França a aceitação da imagem feminina como símbolo da Republica tenha sido um sucesso e no Brasil tenha sido tal "fracasso" baseia-se na

ISBN 0102-9487

maior atividade das mulheres francesas no mundo da política, sobretudo sua participação da Revolução de 1789. Carvalho afirma que na França "o uso da alegoria feminina tinha uma base de sustentação, o significante não se isolava do significado" [17]. Já no caso brasileiro, as mulheres estariam tão afastadas do mundo público que a associação do novo regime com a alegoria feminina seria inviável.

Parece-me que tal conclusão carece de aprofundamento histórico, na medida em que deduz que o "fracasso" da associação mulher/República recai na passividade, ou na ausência de mulheres intervindo no mundo público sem realizar uma pesquisa mais minuciosa sobre tal processo. Se os agentes históricos levados em conta (homens em sua maioria) acreditavam na distinção total entre esfera pública e privada, e na consequente exclusão da mulher da primeira, o historiador não deve ter tanta certeza disso, sem antes aprofundar suas pesquisas. O exemplo do carnaval pode contribuir para relativizarmos tais conclusões.

Nos primeiros anos da república e mesmo nos anos finais do Império, as grandes sociedades carnavalescas apresentavam carros de ideias (carros de crítica política) onde a figura da República ou da Liberdade era representada por uma mulher. Muitas vezes essa alegoria – mulher de carne e osso ou estátua – trazia na cabeça o barrete frígio e a indumentária romana. Em 1891, em meio aos debates sobre a constituição, o préstito dos Democráticos trazia um carro intitulado "A República" e nele: "um grande globo com suas estrelas giratórias, e uma larga fita com o dístico – Ordem e Progresso. Sobre o globo uma graciosa dama." [18]

No carnaval de 1890, poucos meses após a proclamação da República, Angelo Agostini publicou suas "impressões do carnaval". As mulheres aparecem em destaque na cena. Uma chama mais atenção: uma jovem sobre um leão. Empunha a bandeira brasileira e veste o barrete frígio (ver figura 1). Segundo a Gazeta de Notícias esse carro foi recebido pelo público com "Palmas, um turbilhão de palmas; bravos, uma tempestade de bravos!" [19]

ISBN 0102-9487

Figura 1. Mulher representando a República brasileira numa ilustração de Angelo Agostini do préstito dos Fenianos. Revista Ilustrada, 1890. BN

ISBN 0102-9487

Se os grandes pintores brasileiros do período não se empenharam em associar a mulher à República, os membros das sociedades carnavalescas, assim como muitos jornalistas e artistas (como Angelo Agostini, ver Figura 2) parecem ter se esforçado para colocar nas ruas a alegoria cívica feminina como símbolo da República.

Figura 2. O Presidente dos EUA, Grover Cleveland concede coroa de louros à República Brasileira após arbitrar em favor desta no caso das Missões, que opôs Brasil e Argentina em 1895. Revista Ilustrada, BN.

As descrições dos jornais revelam que a presença de mulheres representando a Liberdade e a República era um dos principais atrativos dos carros alegóricos das sociedades carnavalescas nas décadas de 1880 e 1890.[20] Portanto, ainda é preciso aprofundar as pesquisas sobre o tema para podermos afirmar que a imagem da mulher como símbolo da República não conquistou espaço no imaginário na Primeira República. Mesmo que tal imagem tenha perdido força com o avançar dos anos, não temos condição de associar tal fato à ausência de participação feminina na vida pública. Como já nos demostrou Rachel Soihet, muitas mulheres buscaram espaço no mundo público desde as primeiras décadas do século XIX[21] e os debates em torno do voto feminino na Assembleia Constituinte de 1891 reforçam a constante pressão exercida por mulheres para a expansão de seus direitos.

ISBN 0102-9487

Se a imagem da República enquanto mulher foi logo satirizada por caricaturas, talvez devêssemos entender tal fato como exemplo dos problemas da jovem República brasileira e não como comprovação da ausência de mulheres no mundo público.

A presença marcante de mulheres representando a Liberdade ou a República no alto de carros alegóricos andava lado a lado com a não menos impactante presença das mulheres como objeto sexual. As ninfas, musas, damas, raparigas, Evas (e tantos outros termos utilizados) designavam as jovens e belas mulheres que "abrilhantavam" os préstitos e os bailes carnavalescos do período. Serviam de chamariz e propaganda para os festejos. No anúncio, em letras garrafais, do Teatro Recreio Dramático as mulheres são destaque:

> Teatro Recreio Dramático
> Carnaval – 4 pomposos bailes de máscaras
> Hoje, sábado; Amanhã, domingo; segunda e terça-feira.
> Hoje primeiro pomposo e sem rival baile de máscaras.
> O Juca, em abrir e fechar d'olhos, transformou o teatro num verdadeiro ceu aberto, músicas e danças em todos os cantos.
> Mulheres em pencas.
> Este primeiro baile será honrado com as seguintes sociedades e grupos carnavalescos: Grupo dos Zangões Carnavalescos, Grupo das Sereias, Clube dos Bonachões, Clube dos Bahianos e Congresso Carnavalesco Adeptos do Sossego.
> Às 11 horas da noite fará sua entrada triunfal o entusiástico grupo MULHERES... NA PONTA!! Este grupo é composto de 400 das mais lindas raparigas da nossa heroica cidade, e por causa do calor virão quase igualmente vestidas a Adão e Eva no Paraíso. [22]

O salão do teatro, transformada num "céu aberto" receberá "mulheres em pencas". Além de banda de música e de diversas sociedades e grupos, os foliões poderão contemplar a "entrada triunfal" do "entusiástico grupo Mulheres na Ponta". As 400 raparigas lindas virão vestidas como Eva, devido ao calor, garante o anunciante.

A concorrência prometia ser intensa, por isso o Teatro Santana publicou:

> Formosas damas, com mais ou menos folhas de parra, vão hoje alegrar o Eden da rua do Espírito Santo, vulgo teatro Santana. O que vai hoje por ali é que ninguém pode dizer. São tantos os deslumbramentos que...
> Vão lá! Vão lá![23]

No desfile dos Fenianos em 1889 os foliões se depararam com o carro *Folia*. Nele uma mulher sobre um pandeiro encarnava a deusa "Troça", "deusa criada pelo moderno paganismo dos que vão à igreja menos vezes do que aos templos da alegria e do amor." [24]

Os grupos menores que saíam no carnaval também buscavam apresentar mulheres em seus carros, visando concorrer com as tradicionais sociedades e galgar espaço no coração

ISBN 0102-9487

e nas mentes dos foliões da cidade. Em 1906, a "Sociedade Pingas Carnavalescos" pedia licença para o chefe de polícia para desfilar com seu préstito. Anexava ao pedido a lista de carros alegóricos e os respectivos croquis. O segundo carro representava o "grupo das Pérolas", ao centro D. Esther Teixeira em destaque. Ao fundo duas jovens de seios nus seguram o estandarte do grupo (ver Figura 3).[25]

Figura 3. Croqui de carro alegórico do Grupo Pingas Carnavalescas. Arquivo Nacional, GIFI 6C 171.

Em 1913, o Clube Democráticos de Madureira, sediado na Rua Domingos Lopes, 201, pedia "licença para sair à rua nos dias do próximo carnaval". Anexava os desenhos dos carros alegóricos. Após analisados, o chefe de polícia concedeu a licença. O carro abre alas trazia uma mulher de seios à mostra empunhando o estandarte do grupo (Figura 4). [26]

ISBN 0102-9487

Figura 4. Croqui do carro abre alas do Clube Democráticos de Madureira. Arquivo Nacional, GIFI 6C 432.

Considerações Finais: Paradoxos carnavalescos

A presença das mulheres nos carnavais é evidente, marcante e em muitos casos central[27]. Portanto, acredito que negar a sua importância na esfera pública da sociedade carioca é insustentável. Ainda é preciso aprofundar os estudos específicos sobre as relações de gênero nos carnavais da Primeira República, entretanto os elementos elencados até aqui contribuem para relativizarmos as distinções entre os espaços públicos e privados, assim como das relações de dominação e opressão. A atuação das mulheres no carnaval, seja representando a República seja como destaque de um carro alegórico, ou empunhando estandartes e fantasias variadas, pode contribuir para um maior entendimento das relações sociais e a atuação feminina ante a constituição do novo regime. Com afirmou DAUPHIN, FARGE, PERROT, et al:

> Em lugar de ratificar o fato de que a vida política é um espaço de ausência feminina, ou de seguir as narrativas que minimizam sistematicamente, os momentos em que as mulheres intervêm, pode-se propor uma reavaliação de diferentes acontecimentos em que as mulheres participam da história. Reavaliar, isto é, pensar como uma intervenção política, aquilo que em geral, interpreta-se como um fato social, leva a perceber as mulheres num tempo histórico em que a singularidade do acontecimento é tão importante quanto a repetição dos fatos culturais. Pode-se, desse modo, reformular o papel das mulheres num motim no século XVIII, nas lutas sociais do século XIX ou nas práticas feministas da era contemporânea.

Podemos concluir, dessa maneira, que a presença feminina representada nos jornais e revistas e nos préstitos carnavalescos nos primeiros anos da República garantia um espaço de performance e atuação no espaço público carioca, num dos eventos mais importantes do calendário social. Entretanto, era um espaço limitado pelas relações de poder desiguais, na medida em que as sociedades e a imprensa eram controladas por homens. Se por um lado muitas mulheres participaram do carnaval buscando ampliar seus espaços de atuação no mundo público, conseguir vantagens materiais e simbólicas, relativizar as relações de dominação e se divertir, por outro lado, as relações sociais continuavam muito desiguais e ainda precisavam agir dentro dos marcos de uma sociedade controlada por homens.

Mais uma vez as mulheres se encontram numa condição paradoxal. Ao mesmo tempo em que são desvalorizadas quando o assunto é o direito ao voto, elas são elevadas a alegoria da República ou da Liberdade. Em meio a isso, sua condição de objeto sexual é o principal caminho destaque nos dias de folia.

Enquanto Joan Scott trata a situação das feministas francesas como cidadãs paradoxais – na medida em que o feminismo se constituiu de "práticas discursivas de política democrática que igualavam individualismo e masculinidade", e a criação da diferença sexual "foi uma forma de conseguir a exclusão das mulheres da categoria de indivíduos ou cidadãos"[28] – as foliãs brasileiras se encontravam num paradoxo de outra natureza nos anos iniciais da República: como conquistar espaços na festa e na vida política, cultural e econômica do Rio de Janeiro dialogando com as forças da sociedade patriarcal que insistiam em enquadrá-las entre o objeto sexual e o símbolo da República, mas sem direito ao voto.

Fontes

Biblioteca Nacional: *Gazeta de notícias, Revista Ilustrada*

Arquivo Nacional: GIFI – Documentos de polícia: 6C 171, 6C 432.

Bibliografia

ABREU, Martha Campos. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política" IN: RIOX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural***.** Editorial Estampa. 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA. Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAUPHIN, FARGE, PERROT. Et al. "A história das mulheres. Cultura e Poder das mulheres: ensaio de historiografia". Tradução de Rachel Soihet, Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa. *Gênero*. NUTEG. 2º Sem 2001, v.2, n.1, Niterói: EdUFF, 2000. P. 7-30.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios.* Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

LEVI, Giovanni. "Sobre a Micro-História". IN: Peter Burke (org.) *A escrita de História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Carnavais da abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

RÉMOND, Rene (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SCOTT, Joan Walach. "Relendo a história do Feminismo" IN: *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem.* Florianópolis: Mulheres, 2002.

SOIHET, Rachel. "A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz". *Revista Brasileira de Educação*, Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15.

_____. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 – 1920*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.

_____. "Violência Simbólica. Saberes Masculinos e representações femininas". *Estudos Feministas.* V.5, n.1. 1997.

THOMPSON, E. P. "Folclore, Antropologia e História Social". IN: Antonio Luigi Negro & Sergio Silva (orgs.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

[1] NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Carnavais da abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888).* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.
[2] SOIHET, Rachel. "A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz". *Revista Brasileira de Educação,* Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15. P. 97
[3] Idem. Apud.
[4] Idem. P. 98
[5] Apud. KARAWEJCZYK, Mônica. O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* . São Paulo, julho 2011.
[6] Idem .p 7
[7] Apud. KARAWEJCZYK. P.8
[8] Idem.
[9] Apud. KARAWEJCZYK. Op.cit.
[10] SOIHET. Op.cit. P. 99.
[11] Gazeta de Notícias, 09/02/1891. P1
[12] Gazeta de Notícias, 11/02/1891. P1.
[13] Gazeta de Notícias, 11/02/1891. P1.
[14] KARAWEJCZYK. Op. Cit.
[15] CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil***.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[16] Idem.
[17] Idem. P.92
[18] Gazeta de Notícias, 11/02/1891. P1.
[19] Gazeta de Notícias, 19/02/1890. P2.
[20] CUNHA. Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Especialmente o capítulo 4.
[21] nota
[22] Gazeta de Notícias, 07/02/1891.
[23] Gazeta de Notícias, 08/02/1891. P1.
[24] Gazeta de Notícias, 06/03/1889.
[25] Arquivo Nacional, GIFI – Documentos de Polícia, 6c 171.
[26] Arquivo Nacional, GIFI – Documentos de Polícia, 6c 432.
[27] Ver o caso da Rainha dos Cucumbis. NEPOMUCENO, Eric Brasil. Op. Cit.
[28] SCOTT, Joan Walach. "Relendo a história do Feminismo" IN: *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.